

"Esquerda" acha que estabilidade já é causa perdida

BRASÍLIA — A estabilidade no emprego não deverá ser aprovada na Comissão de Sistematização da Constituinte, que vota amanhã o capítulo dos direitos sociais e decidirá também sobre a jornada de trabalho. Pelas tendências registradas até agora, ficará no texto apenas um dispositivo determinando o pagamento de indenização progressiva e proporcional do tempo de serviço quando houver demissão do empregado. Ao admitir a derrota da estabilidade, o deputado José Genoíno (PT-SO), da esquerda, disse que agora "é marcar posição", pois as negociações acabaram em impasse.

De acordo com as tendências aferidas na Sistematização, deverá ser aprovada por larga maioria de votos — entre 50 e 60 a favor para até 35 contra — uma emenda popular inscrita por empresários gaúchos que acaba com a estabilidade, não prevê jornada de trabalho e determina indenizações por tempo de serviço. A emenda foi apresentada pelo Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, Associação dos Empresários do Rio Grande do Sul e Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil.

Durante toda a semana passada, inúmeras rodadas de negociação mobilizaram os grupos contra e a favor da estabilidade e da redução da jornada de trabalho. O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) e o senador Albano Franco

(PFL-SE) queriam manter o primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral, que não previa a estabilidade. Em troca, concedia 44 horas de jornada de trabalho semanal.

O deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) e setores da esquerda queriam aprovar o atual texto do substitutivo (o segundo de Cabral) do qual consta a estabilidade.

— Não podemos aceitar o recuo, já que o primeiro substitutivo não contempla a estabilidade e teríamos de fazer muitas concessões em troca das 44 horas, que estarão consagradas nos dissídios coletivos dos maiores sindicatos do País até o final do ano — afirmou Lula.

Afif Domingos, por sua vez, sustentou que a iniciativa privada "ficará atrelada a uma camisa-de-força" se for aprovada na íntegra o texto do segundo substitutivo. Diante do impasse, os representantes dos dois grupos resolveram deixar a decisão para o plenário, no voto.

No confronto de interesses de empresários e trabalhadores, a polêmica não estará restrita apenas à Comissão de Sistematização. A exemplo do que fizeram na fase de elaboração do primeiro substitutivo, começam a desembarcar hoje em Brasília, para conversas pessoais com os constituintes, empresários do Rio e São Paulo e dirigentes sindicais e presidentes de associações profissionais.

Amato não quer correr riscos

SÃO PAULO — Precavido para a votação da estabilidade no emprego pelo plenário da Constituinte, o empresário Mário Amato, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), voou para Brasília às 10 horas da manhã de sexta-feira e ali permaneceu, durante todo o dia, "explicando aos políticos as consequências negativas que a estabilidade traria à economia brasileira".

Amato foi recebido por Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso, pelo PMDB; Albano Franco, do PDS e Guilherme Afif Domingos, do PL, entre outros parlamentares. "Nem almoccei", recordou Amato. A todos, o presidente da Fiesp repetiu a mesma mensagem: "estamos com medo de que se aprove a estabilidade e o país pare, defendemos que se penalize a demissão imotivada, mas isso tem que ser feito financeiramente, com o estabelecimento de uma indenização de valor progressivo segundo o tempo de casa do funcionário".

O presidente da Fiesp disse que foi ouvido com atenção pelos políticos e acredita que tenha lhes transmitido as "apreensões" do empresariado. "Eles não me fizeram nenhuma promessa, mas acredito que agora estão cientes de sua responsabilidade nessa questão" afirmou Amato.

Para ele, o artigo do anteprojeto do deputado Bernardo Cabral que define os casos de demissão justificada "não está suficientemente claro, e pode tornar-se, na Justiça, uma camisa-de-força contra as demissões necessárias". No texto, Cabral justifica as demissões apenas por motivos econômicos, tecnológicos e infortúnios na empresa. "Somos contra a demissão imotivada mas também não podemos admitir a estabilidade", disse Amato. "É por isso que apoiamos a proposta de indenização progressiva, que penaliza o patrão que despedir sem motivo mas não paralisa a economia."

Evolução do debate de um tema polêmico

Subcomissão dos trabalhadores

Em maio, o relatório da Subcomissão dos Trabalhadores e Servidores Públicos previa estabilidade no emprego 90 dias depois da admissão, fixava jornada de trabalho de 40 horas semanais, pagamento de férias em dobro, licença remunerada de gestante num prazo de 120 dias (hoje são 90 dias) e seguro desemprego. O direito à greve para funcionários públicos e servidores de empresas privadas era ampliado e os sindicatos não poderiam sofrer interferência do Estado. Havia um artigo específico sobre os direitos dos trabalhadores domésticos.

Comissão da Ordem Social

Em junho, a Comissão da Ordem Social aproveitou na íntegra o trabalho da subcomissão. O artigo referen-

te aos direitos dos trabalhadores dizia: "Garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego estável." O empregado só poderia ser demitido por contrato a termo, por falta grave comprovada judicialmente, prazo definido em contrato de experiência ou fato econômico insuperável. A jornada de 40 horas semanais ficou mantida. A proposta da comissão tinha 10 artigos excluindo os servidores públicos e assegura a livre associação sindical e o direito à greve, além de manter parágrafo específico aos trabalhadores domésticos.

Cabral I

Em agosto, no primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral, algumas modificações foram feitas no trabalho da Comissão. A questão da estabilidade caiu completamente. O texto apenas dizia que é direito dos trabalhadores "contrato de trabalho

protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei". Foram excluídas as 40 horas de jornada de trabalho semanal. Estabeleceu-se apenas que a jornada "nunca seria superior a 8 horas diárias" e que as férias seriam pagas "integralmente" e não "em dobro".

Cabral II

O segundo substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral em setembro, ao prever a estabilidade no emprego, adotou emenda proposta pelo Diap — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — garantindo o emprego, "protegido contra dispensa imotivada". Foi o retorno a algumas conquistas da fase das subcomissões e comissões da Constituinte, apesar de o relator não ter incluído a redução da jornada semanal de trabalho, que havia sido fixada em 40 horas.

O que está sendo discutido

Projeto de Cabral

Art. 6º — Além de outros, são direitos dos trabalhadores:

1 — garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em:

- a) contrato a termo, nas condições e prazos da lei;
- b) falta grave, assim conceituada em lei;
- c) justa causa, fundada em fato econômico insuperável, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho.

Proposta dos gaúchos

Art. 6º — Além de outros, são direitos dos trabalhadores:

1 — Garantia da relação do emprego, salvo:

- a) contrato a termo;
- b) ocorrência de falta grave;
- c) prazos definidos em contratos de experiência, atendidas as peculiaridades do trabalho a ser executado;
- d) superveniência de fato econômico insuperável, técnico ou de infortúnio da empresa;
- e) pagamento de indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço, na forma da lei.



O segurança Mário Jorge (D) está sempre com Cabral: "Disposto a tudo"

Políticos reclamam da falta de privacidade

Relator sonha com clínica de repouso para curar stress

Deborah Berlinck

BRASÍLIA — Oito meses depois de instalada a Constituinte, o amazonense Bernardo Cabral, relator do projeto da futura Constituição, "o homem dos mil e um esconderijos", segundo os adversários, mas, certamente, o político que mais frequentou as telas de televisão nos últimos meses, guarda no bolso um projeto pessoal do qual não pretende abrir mão: achar um lugar para curar o stress, de preferência longe de Brasília, onde não possa ver nem a sombra dos lobistas.

— Vou direto para uma clínica de repouso — desabafa o relator.

Privacidade é privilégio que homens públicos como Cabral não conhecem. Outro dia, véspera da entrega da sétima versão do projeto da Constituição, dona Zuleide, mulher de Cabral, foi surpreendida, às 7h30min, com um fotógrafo de plantão na porta de seu apartamento. Pensando em flagrar o relator saindo para o trabalho, o fotógrafo acionou a máquina assim que a porta se abriu, mas teve azar: Cabral, que se tornou um especialista em fugir dos repórteres toda vez que prepara novo projeto, saiu mais cedo. "Minha mulher ficou uma fera" conta.

Perseguição — Mas e dos lobistas, como são chamados os profissionais — amadores dos grupos de pressão que Cabral mais foge. Decidiu não frequentar restaurantes de luxo para não se encontrar com os lobistas, o relator arriscou-se a almoçar numa churrascaria popular há pouco mais de duas semanas. Não conseguiu comer de tanta reivindicação que recebeu. Agora não são mais de casa a não ser para ir ao trabalho. Na rua, nunca sei se vou ser recebido debaixo de vaivas ou aplausos. Não vou ao cinema ou teatro há oito meses", diz Cabral que se queixa também de receber telefonemas até de madrugada.

Mas quem não estiver satisfeito com o projeto de Constituição e quiser fazer cobranças ao relator, cuidado para não se exceder: o amazonense Mário Jorge Almeida, moreno de um metro e oitenta de altura, desde maio acompanha todos os passos de Cabral. É uma espécie de "anjo protetor" movido pelo entusiasmo de ser filho do relator. A ponto de mudar a assinatura para imitar a letra de Cabral. "Estou pronto para tudo" garante Mário

O prêmio — Quem mais reclamou da falta de privacidade, entretanto, foi João Sayad, quando era ministro do Planejamento. Ao final de uma entrevista coletiva, pouco antes de sair do cargo, o ministro, conhecido por sua timidez, surpreendeu os repórteres com a pergunta: "Afinal, qual o lugar aonde se pode ir sossegado nesta cidade?". E contou uma longa história. Num dia de folga, por insistência da família, resolveu assistir a uma corrida de cavalos na hípica. "E eu não gosto de cavalos", disse.

Sentou-se, discretamente, na última fileira da arquibancada, certo de que, ali, ninguém o perceberia. "Ah, ministro, é uma honra tê-lo conosco", interromperu um senhor, que ele imaginou ser um dos diretores do clube. O homem, um sócio, correu para anunciar a presença do ministro. Horas depois, Sayad estava em pé diante de uma platéia, entregando o prêmio para o cavaleiro vencedor, com toda a pompa de uma solenidade.

Sayad queixava-se de que em Brasília não podia sentar-se a uma mesa de restaurante, para jantar com a família. Logo chegavam os curiosos. Mas o vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, pivô da briga entre PMDB e PFL, diz que é justamente o contrário. "Bons tempos os de Brasília. Eu era feliz e não sabia..." comentou o ex-deputado, numa roda de amigos em Brasília.

— Em Recife, não tem jeito. Chego às 7h na academia de ginástica e encontro logo dois homens na porta com contrato de professores na mão para eu assinar. Numa ilha deserta em Itamaracá, com a família, o barbaqueiro correu atrás de mim. "Oh, governador como vão as coisas no Governo?" — contou.

O líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho se pudesse, encurtaria o caminho de seu gabinete para o plenário da Câmara "nesse meu trottoir, não consigo dar dois passos sem ser agredido por um maluco, que me conta um drama para pedir dinheiro para passagem", diz o senador. Ele se habitou também a só entrar em avião depois de fazer uma "inspeção" nos passageiros para não ser incomodado durante a viagem. O trauma de Passarinho vem desde a época em que era governador do Pará. Um macumbeiro invadiu seu gabinete dizendo que tinha preparado uma macumba contra ele. "Pode ficar tranquilo governador, eu já preparei a contra-resposta" disse o homem, fazendo sinais do ritual.

O estadista — O deputado Ulysses Guimarães, que preside a Câmara a Constituinte e o PMDB fora

dos palanques, onde ficou conhecido como "o senhor diretas", adotou uma tática que é, segundo seus amigos, infalível para impedir a invasão de sua privacidade. Ulysses costuma dizer que um estadista não pode permitir nunca ser chamado de "você" ou levar tapinha nas costas — dois sinais característicos de intimidade. Já a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) — única mulher negra e favelada do Congresso Nacional — diz que, como moradora do Morro Chapéu Mangueira, no Rio, nunca soube o que é privacidade. "A polícia chega, bate o pé na porta. O filho da vizinha vai para o quintal da gente. No morro, não tem dessas coisas", diz Bené.

— Outro dia — conta Bené — andando com o meu marido na rua, um rapaz me tacou um beijo na bochecha.

"Não fique chateado, é um beijo político", disse o homem ao meu marido. Bené conta ainda que certa vez interrompeu uma viagem ao interior do Rio, para perguntar aos organizadores: "Escuta, vocês colocaram aí na agenda um minuto para eu ir ao banheiro?" O presidente Tancredo Neves, durante a campanha presidencial, numa viagem ao Rio Grande do Sul, foi seguido por um fotógrafo até dentro do banheiro.

"Escuta, meu filho, posso saber o que é que o senhor pretende fotografar aqui?", irritou-se. Quando deixava o governo de Minas para disputar a Presidência, Tancredo chamou um grupo de repórteres, domingo de manhã, para conversar no seu apartamento. Dona Risoleta interrompeu a conversa e cochichou no ouvido do marido. "Ah, meu Deus, é ele de novo?" — perguntou Tancredo. Quem o incomodava, no fim-de-semana, era o atual governador de Minas, Newton Cardoso.

O ex-porta-voz de Tancredo, atual deputado Antônio Brito, diz que de lá para cá perdeu "qualquer condição de privacidade". Há 90 dias sem folga, segundo ele, por causa dos trabalhos da Constituinte, com o telefone de casa tocando sem parar, Brito foi surpreendido com um pedido do filho, Santiago, de 11 anos, para que não se candidate à reeleição. "Pai, eu preferia o tempo em que você era jornalista" disse Santiago.

A mulher do líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, Arabela socióloga diz que solucionou metade dos problemas da família no dia em que resolveu incorporar a política do marido como um componente da sua vida. Casada há 22 anos com Chiarelli, ela organiza campanhas, encontros com mulheres e trabalha atualmente como assessora do marido no Senado. "Se não entrar na política e ajudar, é pior"

Italiano diz que projeto é incoerente

SÃO PAULO — Em março de 1983, ele foi alvejado com três tiros disparados pelas Brigadas Vermelhas, que o acusavam de ser "um porco reformista, inimigo da classe trabalhadora". Anos antes, no entanto, em 1970, redigiu de próprio punho o Estatuto do Trabalho, a legislação trabalhista até hoje em vigor na Itália e considerada uma das mais avançadas do mundo. Escorado nessa bagagem, e na de senador pelo Partido Socialista Italiano e professor de direito do trabalho da Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Roma, Gino Giugni passou três dias no Brasil e, após demorada análise do capítulo dos direitos sociais do esboço da nova Constituição brasileira, alertou que se for aprovado tende a não ser cumprido e passar ainda por inúmeras modificações.

"Muito genérico e muito particular", assim ele definiu o capítulo incluído no último substitutivo do relator Bernardo Cabral. A cada frase lida pelo jurista, uma exclamação. "Não há uma linha coerente nesse projeto. É um acúmulo de afirmações", definiu. Ele admirou-se, por exemplo, ao se deparar com um artigo que versa sobre a obrigatoriedade do pagamento do 13º salário em dezembro. "É um caso único na história do Direito Internacional. Isso não é assunto para uma Constituição."

"Mexida e remexida" — "Uma constituição" — afirma o catedrático italiano que tem 60 anos de idade e mais de 40 destinados ao exercício da profissão — "tem de ser breve, objetiva e durar longos anos, o ideal seria para sempre". Se as coisas continuarem do jeito que estão, ele não tem dúvidas de que a nova Constituição brasileira, pelo menos no que se refere aos direitos sociais, "vai ser mexida e remexida".

Gino Giugni acha ridículo que das garantias no emprego tenham sido excluídas as empresas que têm até 10 empregados. "Isso não é assunto para a Constituição. É arbitrário." Ele lembra por exemplo, que na elaboração do Estatuto do Trabalho italiano — e jamais na Constituição — eles eximiram as empresas com até 15 empregados de qualquer garantia de emprego.

Os trabalhadores querem que a pequena empresa arque com indenizações no caso de dispensa imotivada, reconhecendo que não podem ser obrigadas a reintegrar o funcionário dispensado como as similares de maior porte. "Essas são cláusulas que mudam com o tempo e com as alterações no quadro econômico. Não podem estar na Constituição."

Gino Giugni observa ainda que o capítulo dos direitos sociais acabou incorporando um princípio há muito rechaçado pelo sindicalismo europeu: o da participação dos trabalhadores nos lucros da empresa.